

CLIPPER BOOK MIRANDA				 Miranda & Associados Sociedade de Advogados, SP, RL
MEDIA	VANGUARDA			
Nº PAG.	16 / 17	DATA	10 novembro 2017	

16

Vanguarda 10 / 11 / 2017

► Grande Entrevista

“Discurso da lusofonia limita os empresários portugueses”

Portugal ficou ‘preso’ ao conceito de lusofonia, ignorando países em África, francófonos, por exemplo, onde há oportunidades de negócio, diz Agostinho Pereira de Miranda, fundador da Miranda Alliance, o escritório de advogados luso mais presente no continente.

texto **Ricardo David Lopes**
fotos **Bruno Lisita/Global Imagens**



O escritório que fundou fez 30 anos. Quando começaram a olhar para África? Eusempre para África, onde cresci e de onde regressiei, para Portugal, em 1974. Em 1979/80, eu e o antigo ministro da Justiça, Alberto Costa, criámos uma cooperativa para dar formação em Angola. Na época, eu tinha um pequeno escritório em Vila Franca de Xira, mas a minha ideia já era África. A cooperativa não resultou, por razões que não vale a pena recordar. Acabei por ir trabalhar para os EUA, para a então Gulf Oil, hoje Chevron, durante seis anos. Quando volto a Portugal, sonhei criar um escritório com algum tipo de presença em todos os países de expressão portuguesa.

E começou por Angola...

Em 1987, comecei por Angola, porque, após sair da Chevron, continuei a trabalhar com eles, como meu cliente, o que implicava ir frequentemente a Angola, onde tive necessidade de contratar uma pessoa – e isso foi a génese do escritório. Depois, fomos para Moçambique, São Tomé e Príncipe, Guiné-Bissau, Cabo Verde. Mais tarde, Timor-Leste e Guiné Equatorial. Quando fizemos 20 anos como escritório, já estávamos nos países onde estamos agora.

Quantos?

Estamos em 15 países africanos, no Brasil e temos uma representação em Macau. Nos últimos dez anos, houve uma mudança qualitativa, que foi a expansão para os países de expressão francesa, que nos tem corrido muito bem, com escritórios partilhados com advogados locais, por regra. Tem corrido muito bem. Os portugueses são muito bem recebidos, especialmente os advogados.

Na África francófona?

Sim. Aliás, isso suscita outra questão: o discurso da lusofonia tem-nos autolimitado, e impedido que empresários e outros profissionais portugueses procurem outros mercados, designadamente francófonos, que poderiam servir de equilíbrio para as naturalíssimas dificuldades que enfrentamos nos países de expressão portuguesa, que são naturais, mas também temos um entendimento muito deficiente da situação.

Como assim?

Cresci em África. Conviu com os contratados, um sistema que só acabou em 1961 e que era quase trabalho de escravo. Nós, portugueses, não nos demos conta de como essas feridas são profundas e. Hoje, os filhos de muitas dessas vítimas estão no poder. E há portugueses que vão a Angola e ainda querem ser tratados com um certo temor reverencial, e isso não é adequado.

Como se muda isso?

É uma questão de pedagogia. Temos de dizer às nossas elites que há um passivo muito sério. É evidente que tal não justifica o racismo que possa, ocasionalmente, ocorrer contra europeus. Mas ajuda a compreender os motivos pelos quais, por vezes, há algum ressentimento. Mas também não podemos cair no extremo oposto em que muitos dos líderes portugueses caíram – a subserviência. Os países africanos respeitam o trabalho, a competência, o esforço, a dedicação...

“

Era importante haver um Tribunal de Comércio para resolver disputas comerciais e de investimento. Não é a arbitragem que resolve essas questões



O conceito de lusofonia fecha-nos portas noutros países de África?

Os nossos empresários e as nossas associações empresariais deviam, pelo menos, pôr tanto empenho nas exportações das nossas capacidades e dos nossos produtos para países de expressão francesa e inglesa como em relação aos lusófonos.

Mas aí há mais concorrência, não?

Em certos domínios, não há assim tanta. Por exemplo, no Zimbábue fomos recebidos fantásticamente – precisam de tudo o que fazemos e que, em boa medida, a indústria transformadora francesa, por exemplo, já não faz nem quer fazer.

Como olha para esta nova fase de Angola?

Com esperança, obviamente. Angola não é o meu país, não obstante ter vivido 16 anos lá. Tudo o que disser tem de ser como amigo – e investidor. O processo de sucessão e o de afirmação do PR João Lourenço estão a trazer credibilidade internacional e a dar uma ideia de eficácia. Não tem sido muito comentado, mas o facto de uma das primeiras medidas do PR ter sido mandar estudar e empenhar-se numa solução para a propriedade plena das terras cultiváveis revela uma enorme coragem. O desenvolvimento rural é sector crítico para o futuro de Angola. Depois, há a nomeação de Carlos Saturnino como secretário de Estado dos Petróleos. Foi, durante mais de dez anos, director de negociações da Sonangol. Tem as melhores credenciais, é muito respeitado pelas petrolíferas.

É positivo, portanto...

Sim, tal como a constituição de um grupo de trabalho que tem de apresentar recomendações em 30 dias. Também o combate à corrupção é muito importante. E há a apresentação da declaração de património dos deputados, exigida pelo PGR. Durante 37 anos, nunca tinha havido uma decisão neste sentido.

Há um novo modelo para o sector petrolífero. Está de acordo com ele?

Do modelo, do que se conhece, e que foi publicado em *Diário da República*, até agora não conheço nenhuma medida que tenha sido posta em prática...

Mas é adequado?

No modelo, está previsto que a Sonangol EP deixe de ter funções no que toca à pesquisa e produção – isso seria para a Sonangol Pesquisa e Produção. Mas, no novo estatuto orgânico da Sonangol, isso não está lá.

Há uma contradição...

Parece que sim. O modelo é extraordinária-

mente complexo. Angola precisava de soluções mais simples, mais directas, que fossem mais ao encontro do que as petrolíferas têm pedido.

Quais?

Essas soluções, neste momento, no contexto internacional da indústria, passam fundamentalmente por um regime fiscal e de partilha de produção muito mais competitivo. Por exemplo, é muito importante o prémio à produção, mas ainda mais ao investimento. Neste momento, o que existe é em valor inferior ao do mercado. Há soluções facilmente implementáveis para Angola recuperar a competitividade que perdeu. Mas também é preciso dizer que este é um problema que já existia antes desta administração e que tem que ver com a queda do preço do petróleo e dificuldades que levaram a adiamentos de projectos.

Incluindo em campos marginais...

O investimento não tem sido suficiente para manter uma taxa de esgotamento das reservas. A meta era atingir uma produção de 1,8/2 milhões de barris por dia, mas temos andado a 'patinar' em 1,6/1,7 milhões, e a perspectiva é de uma queda brusca a partir de 2019. Esse, no meu entender, é o maior risco e o maior 'quebra-cabeças' para quem dirige o sector em Angola.

Ainda vamos a tempo de fazer esses investimentos?

Mesmo que houvesse um investimento maciço, digamos, nos próximos três anos, só daqui a seis ou sete haveria frutos. Não vejo como contrariar a taxa de declínio natural, neste momento.

Qual o peso de África no vosso negócio?

Estamos a caminho de ter um terço do nosso negócio em Portugal.

O resto é África?

Sim, e Timor-Leste.

Esteve na base do lançamento da Universidade Católica de Angola. Como foi?

Foi uma iniciativa apoiada pela família e pela Fundação Kennedy. Escrevi o decreto que determina que, por cada barril de petróleo vendido, um centímo é canalizado para a Universidade Católica. Este decreto, ainda hoje, sustenta a instituição.

Como vê a advocacia em Angola?

Tem havido progressos muito grandes. A advocacia que se faz hoje era impensável quando, há 20 anos, se criou a Ordem dos Advogados no País. Mas eu veria com muito bons olhos um maior intercâmbio entre a Ordem de Angola e a portuguesa.

E a justiça?

Era importante haver um Tribunal de Comércio para resolver disputas comerciais e de investimento. Não é a arbitragem que resolve essas questões, ao contrário do que muitos pensam. Depois, a justiça penal tem de ser urgentemente melhorada, sob pena de desacreditar todo o sistema de justiça, que tem feito um esforço para andar para a frente e prestigiar-se.

A arbitragem é uma das suas especialidades, além da energia. Como está este processo em Angola?

A arbitragem já deu os primeiros passos e está em velocidade de cruzeiro. Há advogados e alguns juizes no Tribunal Supremo muito interessados nela. Recentemente foi aprovado um Código de Ética, mas há um equívoco na cabeça de alguns dirigentes da justiça em Angola, que pensam que a arbitragem pode resolver problemas dos tribunais: não pode.

Angola coopera bem com as organizações internacionais?

A história da intervenção do Banco Mundial (BM) e do Fundo Monetário Internacional (FMI) em África não é brilhante. As políticas restritivas conduziram a situações deploráveis nos anos 80 e 90, mas agora há uma nova atitude por parte do BM e do FMI, após o grande 'espalhanço' em África, mas também na Europa – na Grécia, mas também em Portugal.

O FMI vai entrar em Angola?

O regresso do FMI a Angola é absolutamente inevitável. Só será uma má notícia se envolver por políticas que esqueçam a extrema vulnerabilidade social que existe. Mas o FMI tem competência para perceber isso. Por exemplo, no quadro actual, não me surpreenderia muito que uma recomendação fosse um imposto sobre as fortunas. ▽

BI

Agostinho Pereira de Miranda licenciou-se em Direito em Coimbra, regressando depois a Angola, onde deu aulas na Faculdade de Economia de Luanda. Viria depois a trabalhar no sector petrolífero em Londres, Houston e São Francisco. Fundador do Miranda Alliance, é especialista em energia e arbitragem. Assume ter uma "dívida de gratidão" para com Angola, onde cresceu.